

15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 17 DE JULHO DE 2014.

Aos dezessete dias do mês de julho de 2014 às oito horas, na Secretaria de Ação Social teve início a décima quinta Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social sob a presidência do presidente Márcio Nalini. Estiveram presentes na reunião dezesseis (16) conselheiros sendo seis (6) do poder público e dez (10) da sociedade civil, com os seguintes **Conselheiros titulares:** Dalva Deodato Taveira, Sônia Regina Barbosa Quirino, Márcia Helena Vieira Pimenta, Márcio Henrique Silva Nalini, Leonel Aylon Cantano, Elisa Francisconi, Clóves Plácido Barbosa, Ernestina Maria de Assunção Cintra, Denizar Hermógenes da Paixão, Selma Cristina Antoniette Badoco, Josiane Aparecida Antunes de Campos. **Conselheiros suplentes:** Jane Izabel Miranda Biagiotti Lellis, Águeda Coelho Marques Soares, Fernanda Barcelos Figueiredo Salomão, Rosângela Aparecida de Paula, José Carlos Gomes. **Com a seguinte pauta:** **Assuntos: Plano de Ação do Governo Federal – 2014; Ofício nº 323/2014 SEDAS – Chamamento de Entidades para implantação do Serviço de Proteção Social Especial Centro Dia e discussão sobre o custo do serviço; Proposta de Projeto de Extensão – Departamento de Direitos Públicos – UNESP/Franca. Informes: Mudança de endereço do CRAS OESTE; Promoção – Feijoada da APAE – dia 27 de Julho.** O presidente Márcio iniciou a reunião apresentando as justificativas dos conselheiros ausentes: Patrícia e Cristiane. Em seguida a 1ª Secretária, Elisa, fez a leitura da ata do dia 26 de junho, que foi aprovada sem alterações. Dando seguimento Márcio justificou a ausência da secretária executiva Maria Amélia. Em seguida apresentou a pauta, cuja sequência foi alterada, mas sem adição de assuntos e informes. Sra. Dalva iniciou sua fala sobre o Ofício nº 323/2014 de Chamamento de entidades para implantação do serviço de proteção social especial na modalidade de Centro Dia, o qual será inaugurado no próximo mês. Dalva informou que a Secretaria de Ação Social encaminhou o edital para Secretaria de Finanças para fins de publicação e chamamento das entidades que teriam interesse na execução deste serviço. Dalva fez a explanação sobre o estudo realizado para definição do piso observando as orientações técnicas acerca do serviço, a tipificação dos serviços socioassistenciais, o público alvo, equipe mínima, quais atividades que devem ser desenvolvidas. Informou que o serviço será instalado em prédio próprio da prefeitura, a construção contou com recurso do governo do estado, porém o maior valor é proveniente de recurso municipal. A capacidade de atendimento será de trinta vagas para idosos em situação de vulnerabilidade social, que tenha necessidade de auxílio de terceiros para realização de suas atividades, sendo estes inclusos no grau um ou dois de dependência conforme é especificado pela ANVISA. O quadro de pessoal mínimo é constituído de um cuidador para cada dez idosos, um profissional de pedagogia ou psicologia, um assistente social, uma cozinheira, um auxiliar de cozinha, um auxiliar administrativo, dois ajudantes gerais. As refeições mínimas a serem concedidas é o café, almoço e o lanche podendo ser acrescentado outros lanches de acordo com a instituição. Dalva explicou que para ser definido o custo per capita foi realizado um estudo referente às despesas de custeio e custo de pessoal sem considerar o coordenador, que será um funcionário de contra partida da instituição. Foi definido o custo per capita de R\$ 806,37 (oitocentos e seis reais e trinta e sete centavos), sem considerar o valor de contrapartida da entidade

39 como o coordenador, uma outra refeição e outras atividades. Dalva explicou que o Órgão Gestor não
40 tem orçamento para este coordenador, por isso a necessidade da contrapartida da entidade. O
41 conselheiro Leonel questionou se no cálculo de pessoal está incluído os encargos sociais, e Dalva
42 respondeu que sim. Tina perguntou qual a periodicidade do atendimento, Dalva informou que entre oito
43 e dez horas por dia, segundo a decisão da entidade. A conselheira Rosangela questionou sobre a
44 demanda do serviço, Dalva informou que será referenciada no CREAS e indicada pela Secretaria, porém
45 as instituições podem apontar os casos. Fernanda questionou sobre o transporte dos idosos até o serviço,
46 Dalva disse que será contrapartida da família, e que não há obrigatoriedade da instituição assumir isso.
47 Tina perguntou se o valor previsto terá coparticipação do Estado ou se é apenas do município. Dalva
48 informou que serão recursos específicos do município, porém a secretaria quer reivindicar a participação
49 do Estado uma vez que está previsto que este tem que cofinanciar o serviço de média complexidade. A
50 conselheira Josiane perguntou se serão atendidos apenas os idosos da região oeste. Dalva esclareceu que
51 não necessariamente, depende da condição de transporte da família, e conforme a identificação do
52 público e sua localização. Tina apontou que o serviço de Centro Dia já é oferecido hoje pela Casa São
53 Camilo de Lellis. Dalva observou que sim, porém o valor que tem sido repassado para esta entidade não
54 atende as necessidades do serviço, pois o piso está aquém das despesas mínimas da instituição. Dalva
55 explicou que no momento que o colegiado aprovar o piso, fica garantido o valor equivalente para a
56 entidade Casa São Camilo de Lellis. A conselheira Fernanda perguntou o endereço do Centro Dia e a
57 senhora Secretária Gislane informou que quem tiver interesse pode ir conhecer o local, e que este se
58 localiza na rua Adriano Cintra. Sra. Dalva informou que todos os equipamentos necessários para o
59 início dos trabalhos do Centro Dia estão garantidos. Esclareceu que este assunto está sendo colocado em
60 pauta para aprovação do piso per capita para o atendimento na modalidade Centro Dia, e que com a
61 definição deste automaticamente será definido o piso do serviço da casa São Camilo de Lellis, que terá
62 apenas que fazer uma readequação da meta, pois foram atendidos a média de 15 idosos contra os 20
63 mencionados como meta. O presidente Márcio esclareceu que se outra entidade for executar esse
64 serviço utilizará também este piso, que a partir da aprovação pelo colegiado ele será incorporado para
65 este ano e o ano que vem. Tina perguntou se já estava previsto esse recurso, e Márcio esclareceu que
66 estava um valor inferior. Sônia questionou sobre a contratação de técnico de enfermagem com este
67 recurso, Márcio informou que a entidade não pode pagar esse profissional com o recurso da Assistência
68 Social. Cloves esclareceu que somente o técnico de enfermagem pode ministrar medicamentos por
69 determinação do COREN e pontuou que o Estado e União não permitem a utilização de recurso da
70 Assistência Social para pagamento desse profissional, porém o Município aprova esse custo nas
71 prestações de contas. O conselheiro Clóves explicou para o colegiado sobre grau de dependência: grau
72 um tem independência nos afazeres do dia a dia, e o grau dois é parcialmente dependente destes,
73 fazendo uso de cadeiras de rodas, de andador ou bengala. O presidente Márcio informou que quem tiver
74 interesse em conhecer melhor este serviço pode estudar o manual de instrução do serviço ou tirar as
75 dúvidas com a Secretaria de Ação Social. A vice-presidente Tina sugeriu que é interessante que essas
76 propostas e explicações sejam enviadas com antecedência aos conselheiros para que estes façam uma

77 análise antes da deliberação em reunião ordinária. Após algumas discussões foi aprovado o piso de R\$
78 806,37 (oitocentos e seis reais e trinta e sete centavos) e a adequação da Casa São Camilo Lellis nesse
79 piso. Os slides apresentados ficarão anexos a esta ata. Dando seguimento ao próximo assunto, a Sraº
80 Jane iniciou apresentando o modelo eletrônico do Plano de Ação do Governo Federal. Explicou que é
81 um sistema bem fechado que ao preencher o município deve seguir os dados exigidos sem possibilidade
82 de alterações, que são os dados do município, do conselho, nome dos conselheiros, dados do IGD bolsa
83 família e IGD SUAS. A conselheira Jane explicou sobre o IGD-M que é calculado por meio de quatro
84 fatores, que são a qualidade cadastral, cujos dados revelam que Franca tem a nota máxima; outro fator é
85 a atualização cadastral, a nossa ainda não é muito boa devido dificuldade de atualizar os dados daquelas
86 pessoas que tiveram aumento de sua renda e não recebem mais benefício; dados de frequência escolar e
87 por último a agenda de saúde, sendo estes dois últimos fatores muito bons em nosso município. Jane
88 concluiu que fazendo a média o nosso índice é 0,85, que é um índice alto se comparado a outros
89 municípios, e é através deste índice que se calcula o recebimento do IGD. Sra. Jane fala sobre o IGD
90 SUAS que é calculado com base nos CRAS. Explicou que o nosso é ainda baixo devido a equipe de
91 referência incompleta, espaços físicos inadequados e atividades não realizadas pelos CRAS. Esclareceu
92 que essa situação está sendo revista, e que o CRAS Centro e CRAS Oeste já estão em um espaço novo,
93 e o CRAS Sul está já sendo reorganizado. Sra. Jane expõe sobre o BPC na escola, explicando que o
94 município de Franca fez um aceite de realizar até o final do ano 819 (oitocentos e dezenove)
95 questionários com as pessoas que recebem BPC e tem idade de escola, e cada questionário inserido no
96 sistema o município adquire R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais). Sra. Dalva lembrou a morosidade da
97 aplicação dos questionários devido às dificuldade que o profissional apresenta como quando vai até a
98 residência e não localiza a família, e que provavelmente o ministério vai prorrogar este prazo. Jane disse
99 que mesmo agendando com a família em alguns casos elas também não são localizadas. Jane explicou
100 que o preenchimento do questionário é bem extenso e deve ser integralmente respondido para que seja
101 possível inseri-lo no sistema. A conselheira Rosangela questionou o porquê da dificuldade do PAIF em
102 utilizar o dinheiro. A Sra. Jane esclareceu que é a morosidade no processo de licitação, que tem que ser
103 feito um planejamento, e que nada pode ser adquirido sem esse trabalho. Sra. Dalva explicou que no
104 município de Franca existe uma equipe que tem como função a realização das licitações do município, e
105 devido aos vários processos essa equipe tem que trabalhar com o que é prioritário, o que torna também o
106 processo moroso. O presidente Márcio colocou em votação a aprovação do Plano de Ação do Governo
107 Federal, e este é aprovado após algumas observações. Márcio deu prosseguimento na pauta, sobre a
108 Proposta de Projeto de Extensão elaborada pelo Departamento de Direitos Públicos da UNESP/Franca.
109 Márcio informou que o documento é muito genérico e respondeu aos alunos que estes viessem conhecer
110 o conselho municipal de assistência social comparecendo em pelo menos cinco reuniões para que estes
111 tenham conhecimento da realidade e possam elaborar uma proposta específica e que contemple as
112 necessidades do conselho. O presidente Márcio passou para os informes, sendo que o primeiro foi
113 apresentado pela Sraº Jane, a respeito da mudança de endereço do CRAS Oeste, que informou que é
114 perto do outro espaço onde atendiam antes, mas é um espaço muito melhor para um atendimento

115 adequado. A Senhora Secretária Gislaine explica sobre a mudança do CRAS sul que está em projetos de
116 acontecer, vai ficar no lugar da UBS após reformas do espaço. Próximo informe foi exposto pela vice-
117 presidente Tina sobre a Feijoada da Apae, que será um almoço oferecido por R\$ 30,00 no dia 27 de
118 Julho. Próximo informe foi acrescido por Leonel sobre o 15º jantar dia 9 de agosto no Berçário Dona
119 Nina. O Presidente Márcio solicitou a permanência de todos os conselheiros para a próxima reunião
120 extraordinária. Nada mais havendo a tratar, o presidente Márcio agradeceu a participação de todos os
121 presentes e a ata foi lavrada pela 1ª Secretária do Conselho Municipal da Assistência Social.
122